

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.469 - CE (2018/0314009-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
RECORRIDO : FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
RECORRIDO : LORENA DA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO : CARLA ALBUQUERQUE MARQUES E OUTRO(S) - CE015650

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Ceará, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 216):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. BOLSA DE ESTUDOS CAPES. ACUMULAÇÃO COM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA DE PROFESSORA. POSSIBILIDADE. PORTARIA CAPES Nº 76, DE 14/04/2010. PORTARIA CONJUNTA CAPES/CNPQ Nº 1, DE 15/07/2010. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. Insurgência e remessa oficial em face da sentença que, em ação ordinária, julgou procedente o pedido de acumulação de bolsa de estudos CAPES e exercício de atividade remunerada de professora da rede estadual de ensino.
2. Embora o art. 9º, II, da Portaria CAPES 76, de 14/04/2010 exija que o pós-graduando, para concessão de bolsa de estudos, esteja liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos, os arts. 1º e 2º da Portaria Conjunta CAPES/CNPq 1, de 15/07/2010, prevê a possibilidade de que os bolsistas da CAPES e do CNPq recebam complementação financeira, proveniente de outras fontes, desde que se dediquem a atividades relacionadas à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, especialmente quando se tratar de docência como professores nos ensinos de qualquer grau.
3. Esta Corte já se manifestou acerca da matéria, inclusive sobre o presente caso em agravo de instrumento (Processo 0801376-84.2015.4.05.0000), entendendo pela possibilidade de acumulação da bolsa de estudos da CAPES com o exercício de atividade remunerada na mesma área de atuação, especialmente quando se tratar de docência.
4. Remessa oficial e apelação não providas.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente indica violação dos arts. 2º da Lei n. 9.784/1999 e 53 da Lei n. 9.394/1993 e, na fundamentação, disserta argumentando que "[...] o autor não preenche os requisitos constantes da Portaria Conjunta n. 01 CAPES/CNPq, de 15.07.2010, não fazendo jus à bolsa pretendida e não podendo participar do processo seletivo para tanto" (e-STJ, fl.

Superior Tribunal de Justiça

275), mormente pelo fato de exercer atividade remunerada de professora.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

De início, saliente-se que, a despeito da oposição de embargos de declaração, a Corte de origem não proferiu juízo de valor a respeito dos dispositivos indicados pela recorrente, circunstância que não permite o conhecimento do recurso sob pena de supressão de instância. Incidência da Súmula 211/STJ.

Noutro passo, depreende-se do apelo a existência de razões vagas, genéricas a respeito de sua violação — a parte apenas cita os dispositivos no cabeçalho do recurso e não realiza o respectivo cotejo específico de sua ofensa na fundamentação —, que se encontram dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Por derradeiro, verifica-se que o entendimento alcançado pela Corte de origem a respeito do preenchimento dos requisitos para concessão da bolsa decorreu de ampla análise dos suportes fático e probatório dos autos, de forma que a apreciação do pleito implicaria seu reexame, esbarrando no teor do óbice contido na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator